O Sociólogo e o Político
— Entrevista com Fernando Henrique Cardoso —

Bernardo Sorj[1]
Sergio Fausto[2]

Introdução à entrevista com FHC

A passagem do mundo das idéias ao mundo da prática, e em particular o da política, é extremamente complexo. O cientista social geralmente procura transformar as virtudes em necessidade histórica, enquanto o político tende a transformar a necessidade histórica em virtude. O mundo das idéias é auto-centrado e, de certa forma, onipotente, pois o autor controla sua narrativa organizando os conceitos e fatos para que se adéqüem à sua teoria. Diferente do mundo da prática, que exige pragmatismo, reconhecimento dos limites impostos pelos outros, a adaptação às circunstâncias e à realidade de múltiplos fatores que se encontram fora do controle do ator. O preço da onipotência do intelectual é que o impacto de suas idéias em geral é geralmente difuso e difícil de avaliar, pois, no melhor dos casos, são apropriadas por leitores que farão os mais diversos usos do texto original. O preço do mundo da política, pelo menos para aqueles imbuídos de ideais, é o abandono, em maior ou menor medida, de valores e idéias preconcebidas e sua adaptação às exigências e as possibilidades do contexto. Na visão dramatizada de Weber, o político deve ser consciente que sua vocação o levará a comprometer-se com "potências diabólicas", sacrificando suas crenças pela procura da eficácia.

Ainda assim, em particular — mas não somente — na esquerda latino-americana, a ilusão de uma passagem linear, virtuosa, do mundo das idéias para o mundo da prática foi, e em certa medida continua sendo dominante, apesar de desmentida constantemente pelos fatos. Uma cultura construída em torno do sentimento que nossos paises exigem uma transformação radical, associada a estruturas sociais elitistas, onde os intelectuais se arvoram em representantes do povo e das necessidades da nação, alimentou a vontade de aceder a posições de poder. Esta tendência, a bem da verdade, não esteve presente na

---

[1] Professor de Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Diretor do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (www.bernardosorj.com).
[2] Cientista político, é Coordenador de Projetos e Eventos do Instituto Fernando Henrique Cardoso.

história da região somente entre pensadores revolucionários, pois foi compartilhada pelo conjunto da intelectualidade — inclusive conservadora e liberal. Em ambos os casos o fundamento foi a crença de que o conhecimento da verdade — frente à ignorância, alienação ou dominação das massas — autorizava ao intelectual a usar o poder político para impor o que ele achava bom para a sociedade.

A vontade de ter um papel central na transformação da sociedade não é monopólio da esquerda intelectual latino-americana. A idealização do intelectual como demiurgo da realidade se encontra igualmente presente entre os cientistas sociais dos países avançados, onde, limitados à esfera do mundo universitário, projetam para outras sociedades seus desejos e idealizações. Zygmunt Bauman narrou que nos anos de chumbo na Polônia da década de sessenta recebeu um sociólogo americano que expressou sua admiração e inveja pela importância que os intelectuais tinham no país. A resposta de Bauman foi que trocava a perseguição política pela vida num campus nos Estados Unidos, onde poderia se dedicar tranqüilamente a suas pesquisas. Em suma, os sonhos de alguns são os pesadelos de outros. Ademais, como bem sabia Bauman, o papel que os intelectuais tinham na época na Polônia não era produto do impacto suas obras na população, mas do lugar em que eram projetados por um regime autoritário.

Nas ultimas décadas, porém, este quadro de uma intelectualidade iluminada sofreu enormes mudanças na América Latina em geral, e no Brasil em particular. Neste sentido, sem dúvida contribuiu o fim do comunismo e a crise do marxismo como religião secular, mas, sobretudo, a democratização das sociedades e das novas orientações culturais (com o surgimento de uma sociedade de massas, a expansão dos meios de comunicação e informação, a disseminação dos valores de igualdade e cidadania, a complexificação dos sistemas sociais, incluindo a expansão e profissionalização das ciências sociais e a fragmentação dos sistemas de representação). Tudo isso transformou o intelectual iluminado numa figura cada vez mais anacrônica,[3] ainda que continue presente em alguns departamentos de sociologia.[4]

---

[3] Sobre estes processos consultar B. Sorj e D. Martuccelli, *The Latin American Challenge: Social Cohesion and Democracy*", www.plataformademocratica.org.

[4] Um arguto analista da formação da intelectualidade brasileira, Daniel Pécaut, num livro escrito nos fim da ditadura militar, se perguntava se aos intelectuais brasileiros se adaptariam ao jogo democrático ou se continuariam procurando se incrustar no estado. CF. Pécaut, Daniel, *Os Intelectuais e a Política no Brasil*, Editora Ática, São Paulo, 1990.

Se o período da luta contra a ditadura e os novos movimentos sociais valorizaram o papel do cientista social (o sociólogo e o politólogo) como principal intérprete e comentarista das transformações em curso na América Latina dos anos oitenta e noventa, a luta contra a inflação dominou a agenda política e valorizou outro tipo de saber, o do economista. Aqui surge o primeiro aparente paradoxo de Fernando Henrique Cardoso, primeiro sociólogo presidente do Brasil. Sua imagem entre a intelectualidade era a de um dos sociólogos mais brilhantes de sua geração, com uma obra reconhecida internacionalmente (ele é eleito para a presidência da Associação Internacional de Sociologia quando exercia seu primeiro mandato de senador, ao qual chegou aos 51 anos), marcada pela forte influência do pensamento de Marx. Mas sua eleição como presidente do Brasil pouco teve a ver com sua obra sociológica, conhecida por uma minoria da população. Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente graças ao Plano Real, que estabilizou a moeda, e acabou com a inflação, que prejudicava, em particular, aos setores populares[5]. Ou seja, o sociólogo se tornou presidente graças a sua capacidade, enquanto Ministro da Fazenda, de organizar e apoiar politicamente a ação de um grupo de economistas que elaborou o plano antiinflacionário.

Ainda assim, não deixa de ser legítima a pergunta de quanto e como as idéias e, em particular, a formação e as crenças políticas do sociólogo afetaram a sua ação como presidente. Pergunta legítima se não for colocada num confronto simplista e moralista entre um antes (caracterizado pela pureza das idéias) e um depois (dominado pela acomodação com os poderes estabelecidos). Esta contraposição pode ter utilidade política ou moral, mas pouco esclarece sobre o desenrolar dos processos históricos e a compreensão de como a prática política afeta os atores sociais. A não ser que: 1) suponhamos que experiência política não é uma fonte legítima de aprendizado e, portanto, as mutações do discurso do político sejam pura racionalização oportunista; 2) que apresentemos a obra e vida *ex ante* do sociólogo como um conjunto coerente, e não como influenciada, também ela, pelas circunstâncias externas e, portanto, em constante mutação, formando um quadro complexo, e por vezes contraditório, de idéias e valores, que é a característica de qualquer vida e obra; 3) que o governo de FHC possa ser reduzido à única dimensão frente à qual se contrapõe seu ideário do período sociológico, empobrecendo, assim, as múltiplas dimensões e valores que se jogavam no

[5] Sobre o papel da inflação na sociedade ver Bernardo Sorj, *A Nova Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001, segunda edição.

período; 4) transformemos a fase política num mundo de mistificação, no lugar de entender que ele também ilumina características, por vezes latentes ou pouco valorizadas anteriormente, da obra do sociólogo.

Não significa que estejamos propondo uma leitura radicalmente desconstrucionista, na qual a obra continha todas as virtualidades e leituras possíveis, e que permitiria explicar *ex post* os caminhos tomados, mas reconhecer na obra e na trajetória pessoal componentes variados que se atualizam em dadas circunstâncias históricas. Em suma, trata-se de fugir a uma essencialização na qual o sociólogo se opõe ao político, e remontar uma trajetória biográfica singular, na qual sem dúvida as circunstâncias externas são fundamentais, mas o ator procura reconstruir sua prática e seu discurso num palco totalmente diferente, mantendo continuidades e afinidades com seu passado.

A entrevista a seguir pode ser objeto de uma tripla leitura, todas elas legítimas, embora acreditemos que reduzi-la a uma só dimensão empobrece a análise: como testemunha do político sobre a experiência que lhe tocou viver, como reconstrução dessa experiência na qual o intelectual justifica o político, e como análise sociológica da experiência do político. Sem duvida os três níveis se entrelaçam constantemente. Mas se estes aspectos constituem o objeto direto da entrevista, da leitura sobressai a singularidade da figura de Fernando Henrique Cardoso e o pano de fundo da sociabilidade e da cultura brasileira. A singularidade da figura, porque FHC urdiu uma forma particular de fazer sociologia primeiro e política depois. O pano de fundo da cultura brasileira porque o leitor, em particular o estrangeiro, não poderá deixar de notar que a forma de “estar no mundo” de FHC está impregnada de uma sociabilidade brasileira avessa ao conflito e à confrontação, que mantém os canais de comunicação sempre abertos, mesmo com os opositores (intelectuais ou políticos).

Sociologia e biografia são dois tipos de narrativas que se complementam, mas não se confundem. A sensibilidade sociológica ajuda a enquadrar o contexto familiar, social e histórico de uma trajetória individual, mas não explica o seu caráter inédito, as escolhas e soluções criativas que o biografado foi dando no decorrer de sua vida. A mesma origem social pode dar lugar a opções opostas, e o que é verdadeiro para os grandes números não se aplica para casos individuais. No famoso relato da conversa entre Nikita Kruschev e Zhou Enlai, o premier soviético teria dito: “o que nos diferencia é que eu

tenho uma origem camponesa pobre e você provém da aristocracia", ao que o líder chinês teria respondido "e o que temos em comum é que ambos traímos nossas classes de origem". A lógica da reprodução social não é um dado óbvio em casos individuais. Uma biografia reduzida a dados sociológicos é sempre uma sociologia canhestra e uma biografia empobrecida.

Para os autores deste artigo, a relevância da presidência de FHC, independentemente do julgamento específico sobre tal ou qual política, foi a de ter contribuído decisivamente para a consolidação das instituições e a cultura democrática do Brasil. Isto implicou uma forma de governar em que se respeitou a separação de poderes, na qual o político não se apresentava como salvador da pátria, inclusive, acanhando (a nosso entender, desnecessariamente) a construção de um novo discurso político capaz de dar sentido simbólico e um horizonte maior às ações do governo.

Esta entrevista com Fernando Henrique Cardoso[6] se concentra nas relações entre o político e o sociólogo, entre fazer sociologia e fazer política. Centrado na figura de FHC, ela também se refere ao papel de outras figuras do governo, vindas das ciências sociais. Na medida do possível, a narrativa se esforçou para não cair em anacronismos, ou seja, para não reconstruir o passado em função do devir posterior, embora, na medida em que se aproxima aos tempos atuais, naturalmente o entrevistado não pode deixar de entrelaçar acontecimentos e julgamentos.

Entrevista com Fernando Henrique Cardoso

A USP, formação acadêmica e vida política

Nos anos 1950 a temática da sociologia da USP, liderada pelo Florestan Fernandes, era muito pouco ligada aos problemas políticos do país. Ela cuidava de problemas sociológicos, do povo, do cotidiano. Florestan tinha alguns trabalhos publicados sobre folclore, e vários trabalhos sobre os índios tupinambás, com muito pouco a ver com uma temática de amplo debate nacional. O ideal de vários professores era transformar a USP

[6] Realizada em duas fases, entre janeiro e fevereiro de 2008.

em alguma coisa mais parecida com Heidelberg, onde realmente imperasse a reflexão filosófica e, no caso do Florestan, nem tanto a filosófica, muito mais o raciocínio científico. A formação que eles transmitiam se opunha, mesmo antes do surgimento do ISEB,[7] à visão anteriormente prevalecente, a do ensaísmo nas ciências sociais. Por ensaísmo eu me refiro a Gilberto Freyre, até certo ponto ao próprio Sérgio Buarque, embora um pouco menos, mas mesmo Oliveira Viana era considerado dentro dessa categoria. Ensaístas são pessoas que vêm coisas importantes, mas não se preocupam tanto com seu fundamento empírico (expressão tipicamente florestânica). Isso embora Gilberto Freyre tenha obtido uma formação acadêmica razoável, pois fora discípulo do Franz Boas na Universidade de Columbia. Mas havia, muito, a preocupação de que uma coisa é a ciência, outra coisa são as visões políticas, ideológicas, valorativas.

Florestan, especialmente, nos ensinava o rigor científico. Nos inícios de meus estudos, lá pelos anos 1949, 50, 51, prevalecia ainda uma visão bastante apoiada nas análises durkheimianas, por causa do Fernando de Azevedo. Nós todos estudávamos *As regras do método sociológico*, nós líamos Descartes nos cursos de filosofia, um pouquinho de Kant (que eu não entendia…), e bastante Durkheim. Depois veio Weber, não havia Marx. Marx veio muito mais tarde. Embora Florestan tivesse feito a tradução de um de seus trabalhos, não nos dava na época cursos de dialética ou de marxismo. Estava interessado na construção do método funcionalista, pois ele tinha acabado de escrever *A Organização Social dos Tupinambá*, que é um belo livro, e estava escrevendo *A Função Social da Guerra nos Tupinambá*, com introduções metodológicas, pois a idéia era a de fazer uma análise funcionalista. Então nós tínhamos que ler tanto Parsons como Merton.

Florestan escreveu mais tarde, nos anos 1950, *Os Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, onde já começava a construir os três altares, um para Durkheim, outro para Weber e outro para Marx. São três altares: se você estudar os processos que são reiterativos, você aplica Durkheim, se você quiser captar o sentido e interpretar a ação social utiliza Weber, se você quer analisar as grandes transformações histórico-estruturais usa Marx.

---

[7] O ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, foi criado no Rio de Janeiro em 1955, e fechado pelo golpe militar em 1964.

Havia variantes, porque o Roger Bastide, que teve muita influência sobre mim, tinha outra visão. Bastide era um sociólogo interessante porque ele não era durkheimiano, tivera formação religiosa protestante, e nos fazia ler de modo eclético Bérgson, Mannhein e psicanálise, mas sempre com uma perspectiva mais aberta, sem se limitar a Durkheim. O Florestan dava, enfim, os fundamentos de nossa formação, insistia muito no rigor do método e na análise empírica.

Havia também a presença de Antonio Candido. Eu assisti ao curso de Weber com o Antonio Candido e ele já era um pouco diferente dos outros professores — tinha, digamos assim, um pé um pouco mais no ensaísmo. Quando eu fui assistente de história econômica da professora Alice Canabrava, na Faculdade de Economia, antes mesmo de terminar o curso de Ciências Sociais, dei aulas de história econômica da Europa porque eu tinha lido o *A história econômica e geral* do Weber, e conhecia o Sombart. A certa altura, eu e a Alice não entramos em entendimento: ela era muito rigorosa e fazia pesquisa histórica rigorosa, usando uma quantidade de dados infernal. Eu não entendia bem para onde é que ela queria ir, então ela disse: "você é como Antonio Candido, vocês nunca vão ser cientistas". Eu achei um elogio…

Mas a visão dominante era dada pelo Florestan. É expressivo que nós andássemos de bata branca na faculdade, e também quando fazíamos pesquisa, porque éramos "cientistas". Nos anos 1950, mais ainda na segunda metade da década, estava havendo uma transformação brutal em São Paulo: greves, protestos, Getulio, Juscelino essa coisa toda, e nós estávamos um tanto isolados deste mundo que estava em ebulição. Nós estávamos começando a estudar a estrutura das classes e por aí entrou também um pouco de Marx, mas Marx entrou na USP com a minha geração, não com a geração do Florestan.

O estudo de Marx, que iniciamos com Gianotti, o Otavio Ianni e Fernando Novaes e tantos outros, não veio da universidade, veio dos seminários que nós fizemos sobre Marx,[8] em nossas casas. Florestan se opunha muito a eles, porque tinha medo de uma regressão ao ensaísmo. Um dia ele disse: "vocês vão acabar como aquele velho" — o

[8] Uma analise detalhada do seminário de Marx pode ser encontrada em Bernardo Sorj, *A Construção intelectual do Brasil contemporâneo*, http://www.centroedelstein.org.br/pdf/AConstrucaoIntelectualDoBrasil.pdf.

velho era Lukács. Ele tinha bastante medo de que nos ficássemos com uma visão baseada em categorias e não na análise de processos. Ele tinha razão, corria o risco de se ficar com uma visão retórica, abstrata, das coisas.

Nós não estávamos no dia-a-dia da política brasileira, nem quando fizemos os seminários sobre Marx. No meu caso particular, eu vivia um drama, porque meu pai era deputado. Isso no início dos anos 1950, no tempo do Getulio, quando eu tinha um primo que era ministro da guerra, outro era governador do Rio de Janeiro, e, mais tarde, um tio era presidente do Banco do Brasil, no tempo do Juscelino. Isto eu vivia toda vez que ia ao Rio; em São Paulo ninguém sabia que eu tinha tais ligações, mas eu acompanhava o que estava acontecendo.

A política chegava até mim, mas não chegava propriamente na universidade. Então eu, pessoalmente, não tinha uma reação tão negativa ao ISEB quanto os outros, mas não passaria nunca esta minha avaliação para os trabalhos, porque o que se discutia na política não seria "ciência". Na hora de fazer uma pesquisa — eu estava fazendo um trabalho sobre os negros no Rio Grande do Sul — aí, misturo métodos, não fico na cartilha, mas sempre pretendendo fazer uma análise "objetiva".

Posteriormente, quando estudei os empresários e o desenvolvimento econômico, eu me aproximo mais da política. No finalzinho da década de 1950, nós criamos o Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), e eu fui o diretor deste centro e também quem fez o centro, porque arranjei dinheiro com Fernando Gasparian[9] que presidia a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Naquela época, era quase impensável obter apoio de empresários para pesquisa social, mas o Gasparian deu o dinheiro. Compramos uma Kombi para fazer pesquisas, tínhamos algum instrumental e dispúnhamos de pesquisadores. Só que eu coloquei o CESIT na cadeira do Florestan, pois embora eu tivesse sido o agente ativo, o catedrático era o Florestan, que substituíra o Bastide, que tinha ido para a Europa. Começamos a propor um programa de pesquisas, desenhado pelo Florestan, já interagindo com o mundo. Eu fui estudar os empresários, o Otavio Ianni foi estudar a máquina estatal, a Maria Sylvia de Carvalho Franco foi estudar os homens livres na ordem escravocrata, e escreveu uma bela tese. O

---

[9] Fernando Gasparian, empresário e político paulista.

Leôncio Martins Rodrigues e o José de Souza Martins, assim como o Gabriel Kohn e o Bolaffi, trabalharam como assistentes, e o Juarez Brandão Lopes não era parte do grupo, mas estava próximo.

Na altura de meados dos anos cinqüenta um sociólogo francês, Georges Friedmann, que era o grande *patron* da sociologia do trabalho francesa, visitou nosso Departamento de Sociologia. Como eu tinha automóvel e falava francês, eu andei com ele por São Paulo, e fiquei bastante próximo dele, que veio para o Departamento para começar a discutir essa questão da sociologia do trabalho. A certa altura ele disse: "vocês precisam de uma pessoa mais jovem aqui, eu vou mandar um assistente meu", era o Alain Touraine. Então veio o Touraine e passou uns três meses aqui, dando cursos. Touraine leu ensaios que fizemos para serem publicados na revista de Sartre. Sartre tinha estado conosco no Brasil (se você for ver minha tese sobre escravidão, tem influência sartriana na utilização da dialética). Bem, então o Touraine chegou, leu nossos trabalhos e fez comentários: "vocês estão descrevendo o Brasil como se estivessem na Europa, com classes sociais bem estabelecidas, mas não é bem assim. O Estado aqui tem mais força do que as classes, a idéia de nação é central." Touraine sempre teve essa preocupação com a nação e o Estado. E ao mesmo tempo em que ele elogiou o que nós tínhamos feito, botou lá uns pontinhos de dúvida em nosso nascente marxismo com sabor de Sena. O Touraine me influenciou muito, e ele foi quem disse no Departamento de Sociologia que eu deveria ser o diretor do tal Centro, o que provocou certo mal-estar porque o Georges Friedmann, o chefe dele, veio muito ligado ao Fernando Azevedo e eu era ligado ao Florestan. Naquele tempo a briga era muito grande entre as duas cadeiras de sociologia…

Relação com o Partido Comunista

Minha proximidade com o partido comunista foi anterior a isso, embora não posso dizer exatamente de quando a quando. Eu era muito amigo, a essa altura, do Fernando Pedreira, e ele era casado com a Renina Katz, artista plástica, ambos comunistas na época. Nós tínhamos muita proximidade, eu não me lembro nem exatamente como é que começou essa amizade, mas era grande. O Fernando Pedreira tinha estado na Tchecoslováquia, ele já era um pouco cético, mas ele era quase um ideólogo da visão

comunista para as artes. Em 1954 houve a primeira Bienal de São Paulo, então o Pedreira escreveu artigos contra a arte não-realista, não figurativa, contra o abstracionismo. Por intermédio desse pessoal, eu me aproximei de um grupo da *Revista Brasiliense*. A *Revista Brasiliense* era dirigida pelo Caio Prado Júnior, mas quem a levava no dia-a-dia era o Elias Chaves Neto, que era primo do Caio, um tipo admirável, ligado à mais alta burguesia paulista do café, que sempre teve um setor intelectual de esquerda, e esses dois pertenciam a ela. O Elias, embora esquecido hoje, era um homem muito importante na vida cultural da época. Então, passei a escrever artigos para a *Revista Brasiliense*, que não era a revista do partido comunista, mas era próxima. A revista do partido comunista era outra, chamada *Fundamentos*, e eu nunca escrevi para ela, mas através dessa gente, eu tinha ligação com o partido comunista. Mas eu estou me referindo, digamos, aos anos 1949, 50, 51, 52.

Quando o Stalin morreu, em 1953, já houve uma reprimenda à revista, porque as referências da *Brasiliense* não foram suficientemente calorosas, e quando houve o congresso de Kruschev[10] nós todos estávamos do lado dele. Na época todos saímos ou nos afastamos do partido. Só voltamos a ter alguma atuação um pouco depois, quando houve a invasão da Hungria, eu assinei um manifesto contra a invasão. Então meu período de aproximação foi de 1949 a 55, sendo que em 1954 nós já estávamos muito desiludidos, eu nunca vou esquecer quando fui uma vez à casa do Paulo Emílio Salles Gomes com o Agenor Parente, com o Pedreira, o Eduardo Sucupira, que era um jornalista, e nós ali indignados com o que estava acontecendo na União Soviética e o Paulo Emílio disse: "Mas só agora?". Cada geração tem o seu momento da desilusão.

A politização do debate sociológico

O seminário do Marx foi posterior a isso; então, na época em que eu tive contato com a gente do partido comunista não havia nenhuma influência intelectual, até porque o partido comunista não tinha essa preocupação, era uma militância burra, não era uma militância intelectualizada, e o que nós escrevíamos na *Brasiliense* era bastante livre. Naquela época, portanto, não éramos estritamente militantes, nem éramos marxistas.

[10] FHC se refere ao congresso do partido Comunista da URSS, em 1956, em que o secretario geral do partido, Nikita Kruschev, denunciou os crimes de Stalin.

Nós fomos ler Marx depois, e a leitura do Marx não tinha nenhuma conexão com o movimento político, era uma leitura muito ao espírito da antiga USP, acadêmica, que teve influência sobre os nossos livros, a começar pela minha tese de doutorado sobre o "Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional".

Quando eu escrevi minha tese de livre docência sobre o empresariado industrial, que acredito foi entre 1961 e 62, nós já estávamos em plena ebulição Janguista.[11] A visão do partido comunista era: você tem o imperialismo e tem a luta antiimperialista. Quem eram os aliados dos trabalhadores do Brasil? Todos menos os imperialistas, as empresas estrangeiras e o latifúndio. O resto era burguesia progressista, eram os intelectuais, era o povo e tal. Quando eu fui fazer a pesquisa encontrei só dois empresários com uma ideologia de "burguesia nacional": o Fernando Gasparian e o Ermírio de Morais, José, o antigo senador. Eram os únicos, os outros todos estavam em plena conspiração contra o Jango (eu não sabia). Então você pode ver que minha analise era heterodoxa, mas já era parte direta do debate político.

Na época eu tinha muita influência no Conselho Universitário, fui eleito representante dos antigos alunos no conselho universitário em uma eleição de massa, 5.000 votos, eu e o Delfim. Delfim era meu suplente (representando a direita moderna), contra o candidato da Faculdade de Direito, que mobilizou os advogados e os delegados de policia, e foi uma coisa marcante naquela época. Fora disso, nossa visão era a de um mundo acadêmico, enquanto o pessoal do ISEB no Rio estava diretamente ligado ao Ministério da Educação, que o financiava. Isso para nós era pecado, era pecado estar ligado ao aparelho estatal. Mas o Florestan gostava do Guerreiro Ramos,[12] que era do ISEB. O primeiro trabalho que escrevi em sociologia foi uma pesquisa que eu fiz fora da USP, foi com o Guerreiro Ramos, e foi para o SENAI[13] sobre o aprendizado nos seus cursos. Eu fiz pesquisa de campo aqui em São Paulo na periferia com jovens que estavam no Senai e com alguns trabalhadores.

O núcleo central do ISEB tinha um discurso mais propriamente ideológico, mas o Hélio Jaguaribe tem artigos admiráveis dessa época. O próprio Candido Mendes tem boas

---

[11] Refere-se a Jango Goulart, presidente do Brasil de 1961 ate o golpe militar de março de 1964.
[12] Sociólogo.
[13] Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

análises para aquela época. Na USP, o fato de nós termos a nossa linguagem acadêmica nos levava a uma descrição menos valorativa dos processos, menos apaixonada, menos, digamos, explicitamente normativa.

Política e Nacionalismo nos tempos da USP

O meu nacionalismo teve a influência de meu pai. Eu participei na luta pelo "petróleo é nosso". Mas isso não entrava nos escritos, nos estudos. Houve um momento em que a turma típica da USP entrou um pouco mais em um tema mais geral: foi a defesa da escola pública. O Florestan foi o chefe. Ele, o Fernando Azevedo, o Antonio Candido. Eu ia para os sindicatos fazer discussão, o Florestan também. Aí nós tínhamos certa visão republicana, a defesa do estado laico e republicano, e a escola tem que ser pública e democrática. Essa opção, digamos assim, era sancionada nesse setor da universidade.

Nós éramos percebidos, no conjunto da universidade, como de esquerda, a despeito de que estivéssemos em uma onda mais intelectual, até quase todos lá do departamento, ou tinham sido ou eram do partido socialista ou tinham tido alguma militância (o Florestan disse que tinha tido uma militância trotskista. E acho que menos que militância, teve uma simpatia). Mas não transparecia nos cursos. Os cursos para mim, logo que eu entrei na Faculdade, eram decepcionantes. Eu entrei lá porque eu queria mudar o mundo, com o socialismo, e não sabia muito bem o que era isso, mas o sentimento era esse. O curso era sobre índio tupinambá, o tempo todo havia preocupação com a metodologia. O que nos dava um pouco mais de ligação com o que se queria e com o que nós fazíamos era o Karl Mannheim, porque fazia referencias ao planejamento, essas coisas. Mas no curso, o Durkheim era bastante chato; chato, decepcionante (embora ele tivesse escrito um livro sobre o socialismo). Em filosofia o professor, embora ele fosse comunista, ou próximo, o Cunha Andrade, um sujeito bastante eloqüente, só nos ensinava os pré-socráticos. O primeiro trabalho que eu escrevi na universidade foi sobre Parmênides. Então, o curso era assim, cortado do mundo, havia certa esquizofrenia, que foi se diluindo. Evidentemente, depois, com 1964, se diluiu inteiramente.

O governo do Getulio era muito mal visto em São Paulo pela elite paulista, mas não pelo povo, porque o Getulio foi eleito Senador por aqui, ganhou a eleição aqui. Eu não

podia ser contra Getulio, afetivamente, não podia porque era muito difícil, era ser contra toda a história de minha família. No dia que morreu Getulio, eu, evidentemente, fui para a praça, eu e a Ruth fomos para a Praça da Sé. Emocionalmente nós estávamos com o Getulio, agora, a universidade, não estava com Getulio. Eu também estava com o Juscelino. Todo mundo tinha horror, porque o Juscelino era a aproximação com o capital estrangeiro. O Juscelino, o que ele fez? Ele deu o primeiro passo para a internacionalização. Meu pai era deputado, a favor do Juscelino, mas havia uma espécie de corte entre o mundo da política e o mundo da USP. Embora eu estivesse sentimentalmente e até politicamente do outro lado, na academia, nas aulas, eu não falava de política.

O curso que eu dava nos anos 1950 está publicado, em *O homem e a sociedade*. O livro são os textos básicos do meu curso, e era um curso de sociologia normal, inclusive com os funcionalistas, Parsons e Merton, era um *pot-pourri* da sociologia da época. Nós tínhamos uma idéia muito acadêmica, que eu acho correta, de que o professor não tem o direito de influenciar politicamente os alunos, tem que lhes dar certo instrumental, e nós dávamos este instrumental.

É claro que o grande estudo do Florestan nessa época, que já é posterior à minha entrada na faculdade, já no final da minha estada na faculdade, foi sobre os negros, e eu trabalhei na pesquisa. Com este trabalho, nós começamos a fazer pesquisa de campo com as camadas mais pobres do Brasil, que eram os negros, indo para cortiços, coisas desse tipo. Nessas pesquisas de campo, ia o Bastide mascando um charuto, falando aquele português de francês dele, mas ele era muito simpático, captava bem o ambiente, as relações entre negros e brancos. E o Florestan de alguma maneira, no trabalho sobre os negros, recupera a dimensão valorativa. Discute o movimento negro, e toma partido. Com os tupinambás não podia tomar partido.

De alguma forma, eu era nacionalista de coração, de tradição, associado a uma ciência social profundamente universalista. Estava um pouco do lado do ISEB. Gilberto Freyre já havia mostrado que este país é outro, que a sociabilidade é outra. Esse tema volta, depois, nos textos do CEBRAP, quando escrevíamos que aqui as classes não são as mesmas, que "as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá." No *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, eu digo que não dá para analisar a escravidão no

Brasil nos termos marxistas, quer dizer, escravo não é operário, o operário pode ter consciência de classe e propor que a sociedade se modifique à sua semelhança. O negro escravo não tem consciência de classe, porque não é classe e não pode propor que a sua situação se generalize, porque ele não vai propor a escravidão, ele vai querer o oposto, ele vai querer assemelhar-se ao outro, não é transformar o outro nele, enquanto que o trabalhador quer transformar o burguês nele, trabalhador. Isso é diferente, conceitualmente falando. Igualmente, você não pode falar de capital variável quando você compra um escravo. Enfim, faço opções e elucubrações conceituais para mostrar que não dá para usar no Brasil as categorias que se aplicam ao desenvolvimento do capitalismo na Europa. Por outro lado, a escravidão brasileira é uma escravidão que se insere no capitalismo mercantil. Em nosso caso, a escravidão supunha um trabalho forçado, mas para produzir mercadorias a serem vendidas no mercado internacional.

Retomo essa dialética, de alguma maneira, no trabalho sobre o empresário industrial, quando eu digo: a burguesia brasileira não vai ter o papel que teve a burguesia francesa, é outra coisa, ela não se percebe como classe dominante. No livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* eu generalizo essa relação entre o universal e o nacional, particular. As coisas não são nem como queria o ISEB, ou seja, tudo é particular, mas tampouco nem tudo é homogêneo por ser universal. Meu argumento é que há um jogo entre determinações que são gerais e situações particulares em que elas se inscrevem, e que essa articulação cria trajetórias, histórias de modernização diferenciadas. O jogo entre o geral e o particular é que tem que ser feito para analisar qual é a teia de relações que une os países da periferia e os países do centro. No fundo é isso, eu estava tentando resolver de uma maneira "científica" a divisão entre ciência e vida.

Descobrindo a América Latina: na França e no Chile

Na França a experiência foi acadêmica. A França de 1960, 61, quando estive lá pela primeira vez, era uma França ainda em recuperação da guerra, mas era uma França que tinha vigor intelectual. Eu tive a sorte de ser aluno de Raymond Aron e depois de Alain Touraine. Havia muita discussão, mas eram coisas altamente abstratas, mesmo quando se referiam à revolução, era a dos outros muito mais do que da França, era apoiar o que

estava acontecendo fora. Quando fui para o Chile, em 1964, eu entrei em contato com intelectuais de toda América Latina, do México, da Bolívia, da Argentina, do Uruguai, do Peru, muitos deles tinham sido exilados. Digamos que eu caí na realidade latino-americana, pela primeira vez, porque até então a minha realidade tinha sido a realidade do Brasil em contraposição com o mundo, e o mundo era a França, ou os Estados Unidos. Eu já havia feito alguma pesquisa na Argentina, no México, no Chile, mas a minha visão da América Latina era restrita, o meu conhecimento era do Brasil. No Chile, eu conheci as diferenças e as similitudes da América Latina e isso teve um efeito muito grande, relativizou muito a minha visão do Brasil, da excepcionalidade do Brasil.

Eu já me sabia latino-americano, mas não conhecia realmente o mundo latino-americano. Eu me descobri latino-americano em Paris, porque eu tinha mais afinidade com os argentinos e com os uruguaios, especialmente, do que com os franceses, embora eu não falasse espanhol e falasse francês. O que mostra como era o mundo brasileiro, era um mundo de pingue-pongue com a França, ou com os Estados Unidos, eventualmente com a Inglaterra, na questão da antropologia, mas não era o mundo latino-americano. Nós líamos espanhol por causa da editora Fondo de Cultura Económica, que traduzia para o espanhol e publicava os clássicos das ciências sociais e da economia, mas não tínhamos a vivência latino-americana. Embora eu a tivesse um pouco mais, por causa do Centro da América Latina no Rio de Janeiro, com o Manuel Diegues Jr.[14], por causa do Stavenhagen[15], que veio para cá, por causa do Gino Germani[16], de quem fiquei amigo e que me convidou a dar um curso em Buenos Aires, por causa do Torcuato Di Tella[17], enfim, através destes contatos. Quando eu fiz pesquisa em 1961, com o Leôncio Rodrigues, na Argentina, eu entrei em contato com essa gente. Mas foi só no Chile que a minha visão da América Latina se ampliou.

O Chile em que eu morei era o Chile do Eduardo Frei, o pai, que vivia um momento de, digamos assim, certa velocidade transformadora. A reflexão era alimentada mais por Cuba e depois pelo Guevara, uma experiência que tinha pouco a ver com o Cone Sul. Mais tarde, eu estive no Chile, diversas vezes, mas sem residir, no tempo do Allende.

---

[14] Antropólogo e sociólogo brasileiro.
[15] Rodolfo Stavenhagen, sociólogo mexicano.
[16] Sociólogo ítalo-argentino.
[17] Sociólogo argentino.

No tempo do Frei, ainda havia espaço para uma reflexão não digo desligada da política, mas sem estar mergulhada na política. O mergulho veio depois, com Allende.

Havia uma vida intelectual muito intensa na CEPAL em meados dos anos 1960. Os temas centrais eram o desenvolvimento, o papel do Estado, o crescimento com mudança estrutural, se e como seria possível. As figuras predominantes eram as de Raúl Prebisch e José Medina Echevarría. Não era uma temática político-partidária, mas era uma temática contemporânea. Quando escrevi sobre desenvolvimento e dependência, eu estava polemizando para dentro e para fora da CEPAL. Para fora, com as teorias comunistas do imperialismo, que eram incorretas para compreender o tipo de associação que se estava estabelecendo entre o centro e a periferia do capitalismo, que pouco tinha a ver com os processos ocorridos no século XIX.

Mais ou menos no mesmo momento, saem o livro do Debray sobre a guerrilha e o castrismo e os textos do Che Guevara. Eles não influenciaram os debates na Cepal, nem a mim. Os livros tiveram um peso avassalador e influenciaram a leitura que se fez do meu livro com Faletto. Uma leitura errada, que não entendeu o sentido que dávamos à noção de desenvolvimento associado (entre o centro e a periferia) e punha a ênfase na idéia de dependência, como uma relação de dependência impeditiva do desenvolvimento. O argumento do Che tinha explícita finalidade política. A leitura da sociedade latino-americana servia para justificar a estratégia "foquista" rumo à revolução socialista.

No livro *Dependência e Desenvolvimento* eu não fiz teoria. Aliás, eu nunca me interessei em produzir "teoria pura". Na França, em 1968, a Marta Harnecker[18], muito ligada na época ao Althusser — hoje ela é ligada ao Chávez — queria muito que eu me aproximasse do Althusser. Eu disse: "Marta, eu não quero ter esse tipo de vida, eu não quero me limitar a fazer teoria pura porque ela esvazia os conteúdos". Quando começaram a dizer que havia uma teoria da dependência, eu protestei. Não existe a teoria da dependência, existe a teoria do capital. A dependência é uma noção, porque teoria implica que o objeto seja um modo de produção específico, que tenha regras próprias, e a dependência não é isso.

[18] Socióloga chilena.

Democracia e mudança social

O tema da democracia me foi colocado na carne com o golpe de 1964 e o exílio, que veio em seguida. O exílio foi um fato muito violento, para mim um fato quase incompreensível. Eu estava na universidade, era, digamos, socialista, no sentido genérico, mas não específico, não militava em uma organização partidária, embora tivesse ligações com o pessoal que era ligado ao governo, basicamente o Darcy Ribeiro, que era amigo meu. Eu não me sentia, porém, nem animicamente, nem intelectualmente, próximo do João Goulart. O populismo nunca foi um fenômeno muito bem quisto na USP e o Jango era para nós o populismo. Nós líamos a sociedade pela lente da teoria de classes: o Jango nós não sabíamos bem o que era.

Ser arrancado do seu país é uma coisa muito forte, muito, muito forte, é uma violência. Uma violência emocional muito grande. Eu acho que toda pessoa que viveu no exílio tem essa sensação, por melhor que seja a situação do exílio, não adianta, você foi posto para fora.

Não existe doce exílio. Para mim, havia uma questão especialmente delicada porque eu havia sido posto para fora pelos militares. E meu pai era militar, embora tenha sido sempre uma pessoa de cabeça muito aberta; era advogado também, militava como advogado. O Exército para nós, desde criança, era como se fosse a família, era como estar em casa, nunca um poder agressor. Na minha cabeça, quando criança, adolescente, era o esteio da pátria. Então, quando vem a ditadura, quando eu fui posto para fora, pelos militares, foi emocionalmente complicado para mim.

Outro momento importante para minha reflexão sobre a democracia e a mudança social foi a França em 1968. Eu havia saído do Chile para a França e acompanhei muito de perto os eventos em Paris. Entre fevereiro e junho de 1968, era um país inteiro em ebulição, fervendo. Debates de todo o tipo, e era para mim difícil entender uma "revolução cultural". E era disso que se tratava, não era uma revolução social. Eu até escrevi na época: eles aqui estão falando dos "famintos da terra", mas são todos gordos.

Era uma mobilização da pequena burguesia francesa estudantil e intelectualizada, que falava uma nova linguagem política e cultural, ou ao menos tentava falar.

Eu nunca me esqueço que eu fui a uma reunião de jovens professores de Nanterre, a convite do Lucien Goldmann, para assistir ao Marcuse, que estava na França. Ele estava participando de um seminário que a UNESCO patrocinou sobre Marx, porque era, acho, aniversario de 150 anos de seu nascimento. Houve uma grande reunião e eu fui lá. Havia uma total falta de entendimento recíproco. Marcuse estava acostumado com os temas da esquerda americana, pois ele dava aulas nos Estados Unidos: os guetos, a segregação racial etc. Além disso, Marcuse era um filósofo clássico, que se apoiava em Kant, Hegel etc. Os jovens ali não queriam ler nada disso e não expressavam "oprimido" nenhum, no sentido clássico, de socialmente oprimidos. Foi um diálogo de desencontros. Depois dessa reunião, andei pelas barricadas, com o Hobsbawn, com o Touraine, com Pizzorno. Discutíamos incessantemente um fenômeno que as categorias clássicas da sociologia tinham dificuldade de explicar.

Anos mais tarde, inspirado por aquela experiência, eu escrevi, num discurso de transmissão da presidência da Associação Internacional de Sociologia, em Nova Déli, que nas sociedades complexas as mudanças podem se dar por curto-circuito: uma perturbação que pode dar em qualquer nível da estrutura, de repente pega fogo, se alastra, não necessariamente porque por trás delas estejam forças socialmente organizadas ou porque respondam a tensões economicamente estruturais. Hoje os sociólogos americanos redescobriram o tema e falam de mudanças a partir de um "*tipping point*".

Mas eu vi não apenas a irrupção e a escalada crescente dos conflitos de 1968 na França. Eu vi também como De Gaulle reagiu, como virou o jogo a partir de meados do ano, como a maioria silenciosa foi às ruas (a maior manifestação que vi, na verdade, foi da direita francesa), como se restabeleceu a ordem como se nada houvesse ocorrido. Aparentemente. Por que a ordem na França nunca mais foi a mesma, embora politicamente a "revolução de maio" tenha sido derrotada. Todas essas experiências marcaram muito o meu pensamento: não dá para ser mecanicista nas análises das estruturas sociais, da mudança política, como se estas traduzissem linearmente o que se passa naquelas, como se as ideologias e os atores não tivessem certa autonomia.

Depois da França, eu voltei para o Brasil. Voltei muito imbuído do que eu tinha aprendido na CEPAL, e eu me sentia um sociólogo bastante preparado, muito mais do que quando tinha deixado o Brasil, com uma visão mais ampla do mundo. Eu tinha muito mais contatos, havia viajado, e achava que o Brasil tinha que avançar mais na sua modernização.

Chegando ao Brasil fiz concurso e ganhei a cátedra de ciência política. Logo depois, porém, fui cassado. A minha cátedra durou seis meses. Outra violência. Decidi ficar no Brasil e recusei convites para ser professor na França e nos Estados Unidos. Tomei, junto com outros professores da USP, a decisão de fundar o CEBRAP. Procurei o pessoal da Fundação Ford, porque eu me havia familiarizado com esse mundo das fundações enquanto estive na CEPAL. Foi uma decisão difícil procurar a Fundação Ford, que era representada no Brasil por uma pessoa de coragem, que se tornou um amigo, o Peter Bell. O Florestan era contra, o Otavio Ianni era contra, pois, afinal, era dinheiro americano, do "imperialismo".

O golpe, o exílio, a cassação, a dificuldade de obter recursos para o Cebrap, tudo isso me ensinou a importância vital da democracia, inclusive para a própria sobrevivência, para poder desenvolver a atividade profissional no meu país. Democracia tem importância vital, não é só uma teoria.

Capitalismo e democracia

Eu nunca vou esquecer que numa reunião da UNESCO no Rio, vi uma moça de Cuba, Gida Bettancourt Roa. Eu a e Ruth estávamos lá e a convidamos para vir para São Paulo e ela veio conosco. Nós morávamos no Morumbi, numa casa bastante burguesa e ela ficou fascinada. A Ruth a levou a um shopping e me disse depois: "não a vou levar mais, porque vai dar uma confusão na cabeça dela". Ela não entendia nada porque, ao mesmo tempo, íamos à Faculdade de Filosofia, onde dávamos aula, e lá tocavam um disco da *Internacional* o tempo todo, o tempo todo. Ela não entendia nada, e tinha razão em não entender, por que vivíamos confusão total naquela época.

O tema do socialismo e da democracia nunca foi enfrentado de frente no período da ditadura, inclusive porque fazer certas críticas ao comportamento das esquerdas no período dos golpes militares, fazer críticas à luta armada, poderia ser interpretado como adesão ao regime. Eu me lembro certa vez em um seminário no México, nos anos 1970, em que eu sustentei a tese de que havia desenvolvimento econômico no Brasil sob a ditadura. Quase fui linchado pelo Otavio Ianni, como se aquela afirmação equivalesse à adesão aos valores da ditadura. O que eu dizia é que estava havendo transformação estrutural da sociedade, que havia não apenas crescimento econômico, mas a formação de uma nova classe média, de uma nova classe operária (que, depois, seriam atores importantes da redemocratização, acrescentaria hoje). Mas a visão dominante na época é que não poderia haver desenvolvimento sob a ditadura. Até o Celso Furtado e o Hélio Jaguaribe falavam isso.

O tema da democracia surge novamente porque o espírito científico supõe liberdade, a dúvida, a desmistificação.[19] Nos anos 1970, vários de nós começamos a valorizar a questão da democracia, a enxergá-la não como um expediente, uma tática, uma etapa, mas como um valor e como um objetivo central. Junto com a democracia como valor, descobrimos a sociedade civil como ator, como forma e espaço de atuação política, organização e pressão, sem passar necessariamente pelos partidos, pela forma partidária.

Para alguns, a sociedade civil excluía os partidos. Havia movimentos contra a ditadura que não queriam entrar em partido. Na época, o MDB era o único partido legal da oposição. Eu fui um dos primeiros a dizer: temos que nos juntar ao MDB, pois sem a mediação dos partidos não é possível mudar a estrutura estatal.

Pouco a pouco, a minha convicção democrática passou a conflitar com o que havia em mim de tradição nacional-estatista. Eu não cheguei à crítica do nacional-estatismo pela via do liberalismo econômico. Cheguei antes pela via da convicção democrática, pela percepção de que o nacional-estatismo é concentrador de poder, poder econômico e poder político, e pode sufocar a democracia. Isso não é um tema só do passado. É um tema do presente no Brasil e na América Latina, para ficar nessa região do mundo. O

[19] Um dos autores desta entrevista lembra uma conversa com Fernando Henrique na década de 1970 onde ele indicava que não achava certo criticar abertamente os grupos comunistas associados à luta armada enquanto se vivia uma ditadura, mas que não tinha dúvida que, se estes grupos chegassem ao poder, ele estaria entre os primeiros da lista de fuzilados.

pensamento nacional-estatista não é contra o capitalismo: ele é contra as formas mais liberais do capitalismo. No Brasil, todo capitalismo que possa ser estatizante tem mais aceitação do que as formas liberais de capitalismo. O capitalismo do tipo que existiu em Veneza, pela fusão do Estado com o capital privado, era distinto do capitalismo que existiu em Gênova, onde Estado e capital privado estavam mais separados. Aqui nós somos mais venezianos do que genoveses.

Nos anos 1970, por causa da emergência da sociedade civil, que depois desaguaria, já com os partidos e com a mídia, na campanha das Diretas–Já, aparece uma reivindicação democrática com base popular, não liberal elitista. E é importante que não se perca isso de vista, porque ao mesmo tempo em que a democracia se torna um valor, esse valor vem impregnado, como historicamente aconteceu em todas as sociedades, e não poderia ser diferente no Brasil, das reivindicações concretas do povo por maior participação na vida política e na vida econômica e social.

Pouco a pouco — e nesse processo as influências do Bobbio, do Hirschman e do próprio Touraine foram importantes — a reflexão teórica sobre a democracia começou a ganhar relevo, embora a discussão econômica, sobre o crescimento, a inflação, o desenvolvimento, continuasse a ser dominante.

O pensamento de esquerda brasileiro é muito mais estatal, desenvolvimentista, do que democrático. Não entra a questão da democracia. Ele continua assim. Você vê hoje, de novo, a tendência estatizante, ela é contra a concorrência. Veja agora o que vão fazer com as telefônicas, o que vão fazer com a petroquímica, diminuir a concorrência e criar grandes unidades produtivas estatais, nem vão perceber que isso vai aumentar a concentração de renda, porque essas unidades produtivas estatais aumentam a concentração de renda. Mas isso não é a preocupação dominante, a preocupação é afirmar que o Estado vai fazer o desenvolvimento. Não passa pela idéia de oferecer oportunidade para todos, de democracia, de regulação que permita controle social do ato público. Subliminarmente, o Estado é senhor absoluto.

A experiência sociológica na presidência

O tempo todo procurei estar no olho do furacão e me afastar do furacão para entender os acontecimentos. O meu vício de intelectual, a minha formação, me ajudou a, por aproximação e distanciamento, compreender os processos sociais e políticos mais amplos por trás dos acontecimentos do dia-a-dia.

No entanto, acho que o que mais me ajudou foi minha experiência de pesquisa de campo. Nas minhas pesquisas com negros, sobre a classe operária, sobre o empresariado, enfim, setores e pessoas muito diversos, eu aprendi a ouvir, a escutar o outro. Esse treinamento me valeu muito como presidente da República. Como político e como presidente da República. Porque ao invés de você julgar o outro, você deixa que o outro fale, para procurar entender quais as suas motivações, quais os seus objetivos. A gente sabe que na vida social, em geral, e na vida política, em especial, uma parte importante dos personagens são a escória, são canalhas. Mas mesmo a escória você tem que entender. Não adianta você cortar, não adianta deixar de ouvir, de falar, porque o sujeito é mau-caráter. Você tem que ouvir e procurar entender que tipo de mau-caráter ele é, o que ele quer, até onde ele vai, o que ele representa.

Por escutar, eu tinha fama de concordar com todo mundo que vinha ter comigo no Palácio. O sujeito saia de lá feliz da vida. E eu, entendendo melhor quais as suas motivações, os interesses que representava, o seu estilo de atuação política. Não quer dizer, em nada, que eu houvesse concordado com ele. Eu apenas deixava que falassem sem ficar objetando, julgando. Como numa pesquisa de campo, você não vai para concordar, você vai para registrar o que vai ouvir. E fazer perguntas para que o outro fale mais. Isso me ajudou a entender teias de relações. Para tanto, é preciso uma atitude não-preconceituosa. Um político, muito menos um presidente, não deve dizer: eu só falo com os "bons". Até porque os "bons" de vez em quando fazem uma safadeza e os "maus" de vez em quando fazem coisas boas. Há certa dialética, não é tudo maniqueísta.

Cientistas sociais no Governo

O impulso fundamental no governo foi dado pelo plano de estabilização econômica. O Real deu poder aos economistas. Era claro para mim, porém, que a lógica dos economistas não poderia dominar todo o governo. Por isso, nomeei ministros fortes para as áreas sociais. Paulo Renato para a Educação e primeiro o Jatene e depois o Serra para a Saúde. O choque com a área econômica era grande. Eu arbitrava. A prioridade à Educação e à Saúde foi grande. Por exemplo, para financiar a universalização do ensino fundamental, eu abri exceção à destinação exclusiva dos recursos das privatizações para o abatimento da dívida pública. Recursos obtidos nos leilões de concessão das bandas de telefonia celular foram utilizados para financiar o programa "Toda Criança na Escola". Apoiei a batalha do ministro Jatene pela criação de uma fonte adicional de financiamento da Saúde, com a criação do "imposto do cheque", na verdade um tributo sobre movimentação financeira. E depois o Serra, na aprovação de uma emenda constitucional que garantiu mais recursos para a Saúde. Em todos esses casos enfrentando resistências da área econômica.

O Vilmar Faria, que era sociólogo e havia trabalhado comigo no Chile e no Cebrap, foi fundamental na definição das diretrizes para as políticas sociais. Ele tinha uma visão sobre como deveriam se estruturar os serviços sociais básicos, tinha muito prestígio com os principais técnicos desses setores, muitos deles vindos da universidade, tinha diálogo com os ministros da área e privava da minha total confiança. Ele inspirou e dirigiu a Câmara Setorial das Políticas Sociais, uma instância de articulação das políticas de governo para as diversas áreas sociais. Depois, tornou-se chefe da Assessoria Especial da Presidência da República.

Vilmar foi decisivo não apenas na concepção, mas também em algumas decisões estratégicas. Por exemplo, quando o ministro Jatene, que ocupou a pasta da Saúde nos dois primeiros anos do meu governo, teve de sair, eu pedi ao Vilmar que me ajudasse a encontrar um nome que conhecesse o setor, mas não representasse nenhuma das corporações da área da Saúde, em especial os hospitais. Ele aliava conhecimento técnico, capacidade de diálogo e humildade para ouvir os outros. Dessa prospecção do Vilmar, surgiu o nome do Carlos César de Albuquerque, que teve um papel importante na institucionalização do Sistema Único de Saúde. O Vilmar ajudou também a convencer o Serra, de quem era muito amigo, a aceitar o Ministério da Saúde, depois do

Albuquerque. Na verdade, o Serra só não foi ministro da Saúde do meu governo desde o primeiro dia porque ele avaliou que não seria o caso. Mas o convite foi feito.

O Vilmar tinha essa noção de que precisávamos organizar o Estado para criar sistemas de oferta pública de serviços básicos. Ele teve papel importante também na reestruturação completa que fizemos da área da assistência social, que operava histórica e tradicionalmente nos moldes do clientelismo. Um clientelismo que começou nos anos 1930, com a criação da Legião Brasileira de Assistência, cuja primeira presidente foi a esposa do Getulio, ~~Alzira~~ Darcy Vargas. Com o tempo, sob o guarda-chuva do Ministério do Bem-Estar Social, o assistencialismo ganhou escala e potencial político-eleitoral. No governo do Collor, explodiu o escândalo do Ministério do Bem-Estar Social, com vasta distribuição de verbas sem nenhum critério tecnicamente sólido. Toda essa estrutura e essas práticas foram profundamente alteradas. Hoje a área de assistência está muito mais institucionalizada, com programas de transferência de renda que, por ressalvas que se lhe possam fazer, representam um avanço monumental em relação ao que existia "nos tempos da LBA".

A presença da Ruth[20], antropóloga, teve também um efeito significativo nas políticas do governo. Em especial, na criação do programa Comunidade Solidária, que abriu um espaço para a formação de parcerias entre governo e setor privado na área social, sob a forma de projetos-pilotos que avaliaríamos e, se bem-sucedidos, ganhariam escala incorporando-se posteriormente ao universo das políticas públicas. Então foi criada a Secretaria da Comunidade Solidária, que era a interface com o governo, e o Conselho da Comunidade Solidária, onde havia representação da sociedade. Uma representação abrangente, que ia de dom Luciano Mendes de Almeida a Pedro Moreira Salles,[21] da Viviane Senna[22] ao Betinho que, mais tarde, por razões políticas, pediu demissão, mas não rompeu com o governo, como soe acontecer no Brasil.

A idéia, como disse, era fazer programas inovadores fora da máquina pública e depois tentar incorporá-los à administração pública. O Vilmar, junto com a Ruth, insistia em

[20] Ruth Correia Leite Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso.
[21] CEO do Unibanco.
[22] Presidente do Instituto Ayrton Senna.

instituições com fluidez e participação da sociedade civil, para criar inovação na área social e, depois, "contaminar", no bom sentido, o setor público com essas inovações.

A Ruth presidia o Conselho, mas não interferia na Secretaria da Comunidade Solidária. O Conselho cuidava da articulação da sociedade civil e a Secretaria da articulação para dentro do governo. Isso foi muito mal compreendido. A oposição dizia: é a velha LBA sob novas vestes. Nunca entenderam, pois não lhes convinha, que o trabalho da Ruth não tinha nada a ver com o governo. Era com o setor privado.

Neoliberal?

Uma vez eu escrevi que "nós não somos neoliberais, nós somos neo-socialistas, neo-sociais". Eu já disse, mas vou reiterar: eu só soube do Consenso de Washington depois de estar na presidência. Eu nunca tinha lido o livro do Williamson[23]. O neoliberalismo é completamente alheio ao meu horizonte intelectual e político. Nunca houve da minha parte um endosso às políticas chamadas neoliberais, embora, lendo depois o que o Williamson propunha, vi que eram coisas em geral de bom senso: equilíbrio fiscal, quebra de monopólios, maior competição, maior abertura etc.

No início, eu próprio tinha resistência à idéia das privatizações. Eu me recordo de que na campanha eleitoral e o tempo todo nos meus primeiros anos na presidência me perguntavam da privatização da Vale. E eu estava convencido de que era lobby. Não passava pela minha cabeça a privatização da Vale. Quem em algum momento conversou comigo sobre isso foi o Serra, que era favorável à privatização da empresa. O Clóvis Carvalho também era e falou comigo. Não foram os únicos, mas, entre os mais próximos, foram eles somente, que eu me lembre.

Eu custei muito a aceitar a idéia da privatização da Vale. Eu era favorável à privatização das companhias siderúrgicas e daqueles setores nos quais o Estado tinha se metido por falência de empresas do setor privado ou por inexistência, no passado, de condições

---

[23] Williamson, John. (1990). "What Washington Means by Policy Reform". In: J. Williamson. *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington D.C.: Peterson Institute for International Economics. Chapter 2.

para o investimento privado, como tinha sido o caso da siderurgia. Mas eu achava que algumas empresas tinham certo valor estratégico, entre elas a Vale do Rio Doce. A Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo da presença estatal no setor, foi privatizada pelo Itamar Franco, não por mim.

Dando um passo atrás, para tentar entender como a minha visão sobre as empresas estatais foi pouco a pouco mudando, recordo-me quando eu era líder do governo Sarney no Senado: as nomeações para as companhias telefônicas eram um escândalo. Eu nunca vou esquecer uma discussão forte que tive com o deputado Roberto Cardoso Alves, no salão de baixo do Palácio do Planalto, por causa da nomeação de diretores de uma companhia de telefonia em São Bernardo do Campo. Lembro-me também de certa vez em que eu fui falar com o Antonio Carlos Magalhães,[24] que então era ministro das Comunicações, para discutir nomeações de diretores de empresas estatais. Estávamos eu, o Pimenta[25] e o Ulisses[26]. Pimenta e eu éramos os que mais objetávamos. Eu queria ver o currículo dos candidatos. Mais tarde, o Antonio Carlos deu um depoimento à *Veja* dizendo que eu era o único que me interessava pela capacitação do candidato. Porque os partidos não pensavam nisso.

A verdade é que, quando terminou a ditadura militar, no governo Sarney, veio o assalto ao aparelho público. E foi feito pelo PMDB. Sob o pretexto de tirar os malufistas, os udenistas, os que tinham servido ao governo militar. Eu não vou dizer que no governo militar não tivesse havido muita penetração por forças não-profissionais nas empresas públicas. Houve. Descrevendo a forma de representação de interesses no regime autoritário, eu falei na criação de anéis burocráticos, que enfeixavam alianças entre grupos privados e setores específicos da burocracia. Mas o que eu vi nos primeiros anos do retorno à democracia foi diferente: a nova forma de representação dos interesses implicava a devastação do estado. Eu disse isso uma vez ao Sarney e ele não gostou, mas é verdade: fazia-se sorteio nas bancadas, entre os deputados, para decidir que deputado tinha direito a que cargo. A indicação nas diretorias das empresas públicas era política. E no caso das companhias telefônicas era uma coisa espantosa.

[24] Governador da Bahia, ministro e senador.
[25] João Pimenta da Veiga Filho, ~~Governador de Minas Gerais e~~ deputado federal e ministro.
[26] Ulisses Guimarães, deputado e líder do PMDB.

As empresas públicas eram um butim, aquilo ali não tinha nada a ver com o povo. Tinha a ver com interesses particularistas de partidos e de pessoas. Eram estatais no sentido abstrato porque concretamente elas eram objeto do jogo de interesses privados, de grupos, embora sob a forma estatal. Mas o controle não era realmente do Estado. No regime militar, o jogo se dava no círculo restrito das burocracias e dos grandes grupos empresariais, mas havia certa racionalidade, questionável, mas havia. No retorno à democracia, o vírus do clientelismo e da corrupção tornou-se mais vigoroso e se espalhou.

Além de ver de perto a apropriação política das empresas estatais, eu ouvia os economistas. O Estado não tinha recursos para investir, a maioria das empresas estatais era deficitária e o governo tinha uma dívida crescente. Precisávamos de capital privado para o investimento e de recursos para abater a dívida. Nós fizemos a privatização, no meu governo, com esse duplo objetivo: para abater dívida e para abrir espaço para o investimento privado. Além de problemas de financiamento, as empresas estatais estavam regidas por regulamentos muito burocráticos. Elas não podiam competir com o setor privado porque elas eram amarradas. Então eu acabei concordando com a privatização da Vale e o resultado está aí. Ela tinha valor de mercado de oito bilhões e quatrocentos milhões de reais quando foi vendida. Hoje seu valor é de cento e quarenta bilhões de dólares. Por quê? Porque ela foi capitalizada, ganhou mercados e eficiência e hoje ela paga mais ao Tesouro, em tributos, do que jamais pagou em dividendos quando era estatal.

Eu sempre disse que eu não era nem privatista nem estatista, por princípio. Depende da circunstância histórica. Eu nunca fui favorável à privatização da Petrobras. Quando se armou uma celeuma no Senado sobre o tema eu disse: “mando uma carta ao Senado dizendo que eu não vou privatizar”. Porque era e continua a ser o meu pensamento, não privatizar a Petrobras. Mas sim forçá-la a competir, quebrar o monopólio. Nós desfizemos a confusão que havia entre o Estado e a Petrobras. Quem tem o monopólio sobre o solo é o Estado, não é a Petrobras. O Estado continua com o monopólio do subsolo. Agora, pode conceder a exploração a quem quiser, dentro de condições. Quando nós abrimos o mercado, demos imensa vantagem à Petrobras: o que ela tinha descoberto ficou sob controle dela, não foi posto em leilão. O que ela sabia que tinha probabilidade de ter boas jazidas também ficou. Criamos uma agência independente

para regular o setor, a ANP, independente do governo e independente da Petrobras. Diga-se de passagem que hoje a agência não vale mais quase nada, perdeu substância, poder: a Petrobras manda em tudo de novo. Está voltando a ser uma empresa quase monopolista. Eu próprio tive muita dificuldade de controlar a Petrobras.

Eu não fui favorável à privatização do Banco do Brasil tampouco. Havia dentro do governo quem quisesse, e o PFL sempre quis. O PSDB nunca foi muito privatista, não é até hoje, tem dúvidas. O PFL sempre quis. O Luís Eduardo[27] sempre falava disso, o Bornhausen[28] também, mas eu nunca concordei com a privatização do Banco do Brasil. No começo, a razão fundamental para mim era o financiamento da política agrícola. Essa razão desapareceu porque nós mudamos o sistema de financiamento e hoje ele pode fazer-se com instrumentos de mercado. Mas eu achava que seria bom que o governo tivesse um instrumento financeiro poderoso, desde que o banco se transformasse numa empresa competitiva. Coisa que fizemos na Petrobras e fizemos também no Banco do Brasil, estabelecendo regras de governança e ampliando a participação dos acionistas privados. No setor de energia, nós privatizamos a distribuição. Não a geração, por resistências políticas. E o sistema energético ficou sempre inconcluso, como continua até hoje. Ainda agora não se sabe qual é o modelo.

A maior geradora do país, Furnas, não foi privatizada porque era controlada por um consórcio de todos os partidos mineiros, e continua sendo. Nunca conseguimos realmente controlar Furnas porque ela é um instrumento poderoso na política de Minas Gerais. Eu tentei privatizar, mas não consegui. O PFL, que se dizia privatista, não se mostrava interessado. Os partidos eram contra.

Onde a privatização foi mais bem-sucedida? Na telefonia. Quem privatizou? O PSDB? Gente do PSDB que não queria utilizar o Estado para fins do partido. Sergio Motta tinha muita liderança e compromisso partidário. Mas como ministro de Estado era diferente. Ele não nomeava pessoas do PSDB, nomeava gente que ele achava competente e que tinha noção do que fosse um Estado moderno, democrático. Ele entendeu também que não se faz mudança contra a burocracia. É preciso ganhar a burocracia para a mudança. O Sergio soube fazer isso.

[27] Luis Eduardo Magalhães, deputado do PFL.
[28] Governador de Santa Catarina, ministro e senador pelo PFL.

No caso da privatização das empresas telefônicas, tínhamos a convicção sobre a necessidade de um salto tecnológico, que passava pela modernização do setor e pela ampliação do acesso. No início do governo, o próprio Sergio Motta era contra a privatização. Achava que era possível atingir aqueles objetivos sem privatizar. O Sergio se convenceu no meio do caminho. Vimos que ou privatizávamos ou ficávamos para trás num mundo em que a Internet se generalizava. Mas privatização feita para gerar mais competição, e não monopólios privados. A forma moderna de lidar com esse desafio são as agências reguladoras, com independência e capacitação técnica. Nisso está havendo retrocesso no governo atual.

Nossa maior preocupação era mais com a qualidade técnica das operadoras privadas de telefonia e menos com a origem do capital, se nacional ou estrangeiro. Eu sempre achei, em todos os setores, que o melhor era ter diversidade e um ambiente de competição. Tanta era a preocupação com a qualidade técnica que o BNDES comprou uma participação no capital acionário de um dos consórcios vencedores dos leilões de privatização da telefonia, quando avaliamos que faltava experiência ao grupo de controle, que era composto por capital nacional.

Para mim, as formas específicas de viabilizar o desenvolvimento nunca foram uma questão de dogma. A questão é o que é possível fazer, o que é melhor para o país em certo momento. No tempo do Getulio, ou era o Estado ou não acontecia. A Petrobras ou era estatal ou não haveria empresa petroleira desse porte no País. No meu governo, o desafio era outro: não era construir do zero o que não havia, era modernizar uma estrutura e adequá-la às novas condições de inovação e competição que se haviam tornado globais. Eu achava que deveria continuar a haver a coexistência e a articulação entre capital privado nacional, capital privado transnacional e capital estatal, mas que a articulação tinha de mudar, o capital privado tinha de tomar a dianteira, assumir os riscos, puxar o processo.

Por outro lado, sempre defendi uma política ativa do governo. Dizem que não havia política industrial. Havia. O setor siderúrgico foi todo remontado, depois da privatização, com uma atuação forte do BNDES. A mesma coisa para o setor petroquímico. A choradeira das indústrias nacionais que perderam espaço foi enorme, é

verdade. Mas não houve sucateamento, desindustrialização. Houve reciclagem, reestruturação, modernização. A mesma coisa na agricultura: criamos formas novas de financiamento, incentivamos a modernização dos equipamentos e da frota, apoiamos a pesquisa tecnológica.

No Estado procuramos seguir a norma legal, o que é contra a tradição brasileira. Quando você inova você está indo contra a tradição. É por isso que é difícil. A tradição tem um peso imenso. E é muito fácil acusar do que queiram, porque você está saindo da tradição. E nós tínhamos a noção clara de que se tinha que mudar a tradição. Por exemplo, vamos mudar a Era Vargas. Eu votei no Getulio, a minha família inteira. Não se tratava de ser contra o Getulio, o momento era outro. Não se tratava de ser contra o Estado, mas de refazer o Estado. O Juscelino deu um passo grande e correto para modernizar, mas foi um passo não-institucional. Ele criou comissões específicas para fazer mudanças, ele não mexeu na estrutura do Estado. O Getulio mexeu mais no Estado o Juscelino não mexeu, ele acelerou. Depois o Castello e o Roberto Campos mudaram. O Geisel eu não sei se chegou a mudar um pouco na direção getulista, de voltar a ter mais empresas estatais. E depois nós, que mexemos realmente na estrutura do Estado. Porque o Collor desmontou, mas não criou. Não botou nada no lugar, não é? É verdade que desmontou tanto que facilitou a remontagem.

É curioso porque as políticas de meu governo tiveram muito pouco de liberal. Estávamos preocupados em fortalecer os serviços públicos, ampliar o acesso a eles, reorganizar os gastos. O gasto social aumentou e aumentou muito. Infelizmente o grosso da comunidade acadêmica não entendeu isso. Para a maioria da comunidade acadêmica — em especial a das Ciências Humanas, por causa da forte penetração ideológica nas universidades — nós éramos neoliberais. Quando na verdade nós estávamos reorganizando o Estado, inovando, inclusive na área social.

Então qual foi o problema? O problema é que o foco era a inflação. E o problema é que os nossos ministros principais, eles tinham uma linguagem antiinflação. E não tinham uma linguagem de desenvolvimento. Nós perdemos a linguagem. A percepção de que éramos monetaristas é porque os monetaristas ortodoxos falavam com força enquanto que os ministros da área econômica, que não eram monetaristas, não tinham força ideológica.

Um novo discurso político

Nós perdemos a batalha ideológica. O PSDB nunca deu tal batalha. Eu dizia para o partido: "não basta ganhar no Congresso, é preciso ganhar na sociedade". O apoio do PSDB às reformas era um apoio quase envergonhado porque, no fundo, as convicções mais profundas do partido não eram tão diferentes do discurso da oposição. Eu tinha a preocupação de criar um novo discurso. Criamos alguns núcleos para tentar fazer isso. Tinha um grupo de assessoramento a mim, chefiado pelo Luciano Martins, sociólogo conhecido, que tinha escritório no Rio. Tinha o Francisco Weffort, um intelectual conhecido e de esquerda, que foi meu Ministro da Cultura. Eu freqüentemente convidava intelectuais pra vir conversar. Agora, você conhece a nossa intelectualidade. Ela gosta de atacar, não gosta de defender, com algumas exceções. Em geral, quem apóia, apóia calado. E quem é contra, fala. E não fica bem para um intelectual apoiar o governo. Não se formou uma convicção, como hoje pode haver, de que o caminho estava certo.

As pessoas custaram muito a ver que o mundo havia mudado, que o paradigma tinha que ser outro. E ficavam julgando tudo pelo paradigma antigo. Não se avaliava corretamente o quanto a inflação era um mal para o país e quanto ela estava enraizada na nossa economia, na nossa sociedade e quanto esforço era necessário para erradicá-la. Privatização era um tema indigesto, quase um palavrão, como se fosse vender por preço vil o patrimônio público. Ainda havia uma idéia tosca, muito forte, de que o estatal era bom, porque do povo, e o privado era ruim. Regulação, competição, inovação etc., eram palavras fora do léxico e do horizonte intelectual de muita gente. Além do mais, não se pode esquecer que eu era membro da Academia. Isso tornava as disputas mais acirradas, mais idiossincráticas; tornava as cobranças maiores: qualquer coisa não tão boa já era considerada um desastre. As pessoas achavam que havia um caminho alternativo. Hoje o PT mantém o mesmo caminho de meu governo, embora não reconheça.

O Roberto Schwartz escreveu certa vez que eu tinha feito uma aposta em meu governo baseado na crença de que o mundo tinha mudado, e que o capitalismo ia dar certo. Ele punha em dúvida. Não era uma aposta, o mundo havia mudado mesmo e se abriam

novas oportunidades para os países "emergentes", dentro do capitalismo. A questão era como aproveitá-las. O Brasil já estava meio atrasado, nós é que não nos dávamos conta disso. Desde os tempos da Constituinte, quando fiz um discurso no Senado sobre "As opções nacionais", eu mostrava as mudanças necessárias para nosso *aggiornamento*. O Weffort escreveu uma vez, quando ele ainda estava no PT, e fez a saudação a mim na cerimônia em que ganhei o título de professor emérito da USP, que eu era "um sociólogo do *in fieri*". E é verdade: eu só estou interessado no novo, o que está acontecendo. Eu não tenho paciência para o que eu já sei. Eu quero saber o que vem por aí. Acho que isso é uma vantagem do ponto de vista intelectual. Para retomar a expressão do Roberto Schwartz, você pode fazer uma aposta melhor. Mas não tem seguidores. Esse é o risco. Os acadêmicos no Brasil, em geral, não querem apostar, ficam dentro de um quadro tradicional de pensamento, embora a retórica possa parecer radical. E a Academia influencia a mídia, que influencia os políticos. A Academia influencia a mídia, sobretudo a mídia nova, porque ela veio da Academia.

Precisamos de outra simbologia, que consiga estabelecer comunicação através dos novos meios de comunicação e com uma sociedade que já não é puramente "de classes", é de massa, que assiste ao surgimento de novos atores, comportamentos, identidades. Eu tenho dito isso ao o PSDB. Quer dizer, o PSDB tem que assumir a modernização, a modernidade, de que nós sempre tivemos horror, porque nós sempre fomos contra a modernização. Quando digo nós, digo nós da esquerda e da tradição revolucionária. A modernização era uma idéia do funcionalismo na sociologia, e nós éramos contra. Porque nós queríamos a revolução. Hoje nós temos que dizer "somos por uma modernização progressista". E precisamos dizer, comunicar o que é isso. O telefone móvel é modernização. Mais ainda falta modernização dos direitos da cidadania.

O mundo político não tem sido capaz de elaborar esse discurso, de dar hegemonia a esse discurso. Agora, fragmentos desse discurso existem em vários lugares. Mas os grandes instrumentos da ideologia, a Igreja, a Universidade, a Mídia, ainda não se afinam com esse discurso. A mídia não pode assumir esse discurso porque a mídia vive do negativo, do conflito. Ela não pode legitimar esse tipo de discurso porque ele é do futuro, é do progresso. O Brasil está fazendo progresso. Isso não é aceitável para essas instituições difusoras de ideologia. A idéia de que estamos indo cada vez para o pior não é

verdadeira. Visivelmente não. Mas é popular nos meios ideológicos, é legitimadora. O Lula não mudou o caminho, estamos indo para frente. Mas os processos mais profundos e o conceito de modernização ainda não foram legitimados politicamente. Quando fala em "herança maldita", o Lula atrapalha a legitimação política da modernização brasileira. Nesse sentido, acho que será muito importante a eleição em 2010, desde que o candidato do nosso lado legitime esse discurso.

Olhando para o futuro

Eu não mudei de modo geral minha concepção sobre qual é o método para analisar a sociedade e o que constitui teoria nas ciências sociais. As ciências sociais não obedecem à mesma lógica das ciências da natureza. Elas não estão completamente escritas, como o universo, em linguagem matemática. Para elas não é só a regularidade que conta, mas a criação do novo. Elas estão embebidas historicamente.

O tema do particularismo e do universal mudou profundamente por causa da globalização. A globalização criou uma abertura enorme porque legitimou temas locais e o universal passou a ser questionado da perspectiva local. A globalização ocorre por intermédio de uma articulação em rede, que salta as fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo ela cria uma graduação entre os países mais e os menos globalizados. O que seria, *mutatis mutandis,* uma graduação entre centro e periferia. A globalização pesca pedaços, no que era antes a periferia, e os junta em uma rede articulada aos centros, no plural. E deixa pedaços do centro separados dessa rede. Para não falar dos imensos pedaços da periferia separados dessa rede. Então, acho que dá para pensar esse processo, teoricamente.

No Brasil, a complexidade é muito grande exatamente por isso, porque a globalização fragmenta e vai fragmentar mais o Brasil. Falava-se em "dois Brasis". Agora é muito mais complexo. Essa fragmentação e rearticulação dos fragmentos fazem-se especialmente na estrutura produtiva e financeira, mas não precisa fazer integralmente o mesmo no político, no cultural. Tome-se o exemplo do Japão. O Japão integrou-se com êxito na ordem global. Mas não há nada mais japonês do que o Japão globalizado. E eles se internacionalizaram, se globalizaram desde a revolução Meiji.

Pensar em globalização, nos termos de uma teoria geral modernizadora é um equívoco (como nas teorias da modernização do passado), porque seria desconhecer toda essa diferenciação histórica, estrutural e cultural. O mesmo vale para o Brasil: é conveniente evitar o reducionismo economicista. A globalização penetrou muito, mas isso não quer dizer que ela tenha homogeneizado avassaladoramente a Humanidade.

Nós já entramos na globalização, todo o mundo entrou, uns mais, outros menos. O problema é se você entra ativa ou passivamente. O Brasil começa a entrar ativamente, não totalmente, porque ainda tem muito lixo a ser mexido. Mas as empresas entraram, os indivíduos entraram. O quadro geral é dado pela entrada nas redes globais. Isso é uma força de transformação e de progresso, não de atraso.

Lembro-me que numa conferência que eu dei na Faculdade de Filosofia numa época de muita agitação (era 1968), disse que no Brasil ou nos afirmávamos como ocidentais ou não seríamos nada. A frase provocou espanto em muitos colegas. É que a cultura indígena aqui foi incorporada e a dos negros também, nós não temos cultura africana. Os negros têm cultura ocidental. Aqui, como nos EUA, os negros têm cultura ocidental. E depois, diga-se o que se quiser, o negro americano tem pouco a ver com a cultura africana. Eles foram ocidentalizados. E nós também. Nós somos morenos, culturalmente pertencemos ao "extremo Ocidente", mas somos ocidentais. Eu falo isso há quantos anos! As pessoas não tinham essa visão, tinham a visão estática de um mundo autóctone e autárquico, que seria o autenticamente nacional. E nossa relação com o resto do mundo não é nem autóctone e nem autárquica, é dialética. Não é que sejamos a reprodução passiva do que acontece lá fora. Não, nós refazemos aqui o que trazemos de fora, e dessa forma recriamos o "externo", podendo influenciar, por nossa vez, o "lá de fora". Tem um ir e vir nesse processo. Essa dialética está no *Dependência e Desenvolvimento*. Está no *Capitalismo e Escravidão*.

No governo — e para mim isso já era claro quando fui Chanceler — eu insistia em que o Brasil tinha que se organizar, em particular, na América do Sul, não na América Latina, na América do Sul, mas não para nos isolarmos nesse espaço e sim para, a partir dele, intensificar nossas relações para fora. Se eu pudesse resumir o que penso a esse respeito, eu diria: o Brasil é latino-americano, especificamente sul-americano,

especificamente Cone Sul, e tem ligação com os EUA e a Europa, mas também com a Ásia e com uma parte da África. Não devemos nos definir em termos de terceiro-mundismo, mas com uma postura de *global player*. Agora, virar *global player* implica uma construção, não se faz de repente. Nós estamos virando *global players*. E isso não tem nada a ver com ser membro do Conselho de Segurança. Conselho de Segurança pode ser mais um problema do que uma solução. Tem a ver com nossa auto-representação (e, portanto, cultural também) e com a capacidade que viermos a ter para definir nossos interesses econômicos, políticos e culturais no mundo globalizado pelo comércio e pela produção, inclusive de idéias.

Embora eu tivesse tido uma forte influência marxista e a dialética, nunca me identifiquei com a filosofia da história marxista. Eu sempre achei que a parte mais débil do marxismo era a política. A incompreensão do jogo de poder e uma visão idealista de que é um sujeito social privilegiado, o proletariado, que vai substituir tudo e resolver as questões. Eu nunca tive essa visão teológica da sociedade, de um destino final, eu nunca acreditei muito nisso de existir uma marcha inexorável para um destino qualquer. Sempre fui mais cético com relação a isso. Menos religioso, menos determinista, por conseqüência mais probabilista, com uma visão menos encadeada da história. Eu acho que ela sempre surpreende. Eu gosto de usar uma frase: “quando você está esperando que aconteça o inevitável, acontece o inesperado”. Não há o inevitável nem o predestinado na História.